



**O MOVIMENTO ESTUDANTIL NA UFBA E A RESISTÊNCIA À DITADURA CIVIL
MILITAR (1964-1985): LEIUSADA PARA PERSEGUIR**

Elpídia de Menezes Pires¹
Fábio Viana Santos²
Lívia Diana Rocha Magalhães³

INTRODUÇÃO

Neste texto apresentamos o resultado parcial do projeto “Educação, memória, e história da Bahia: Processos autoritários e ditadura militar (1964-1985)” desenvolvido pelo grupo de pesquisa “História e Memória das Políticas Educacionais e Trajetórias Sociogeracionais” do Museu Pedagógico da UESB.

Para efetivação da pesquisa, recompomos documentos da Comissão “Milton Santos de Memória e Verdade” da Universidade Federal da Bahia (UFBA), priorizando-se fontes que retratam a repressão da ditadura civil-militar brasileira a participantes do Movimento Estudantil.

A pesquisa prioriza, então, os relatos orais de ex-alunos da UFBA disponibilizados em formato audiovisual no site da Comissão “Milton Santos de Memória e Verdade”. Dos 29 depoimentos coletados pela Comissão, 25 correspondem a estudantes e os outros 4, a professores. Para a elaboração deste texto, selecionamos e transcrevemos depoimentos de dois estudantes, tendo em vista que, sobretudo, o campo do Direito (suas leis e práticas) foi apropriado para legitimar ações do regime e, particularmente, para coagir

1 Graduada do curso de Direito da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Colaboradora do Museu Pedagógico da UESB. Bolsista de Iniciação Científica pelo projeto: Educação, memória e história da Bahia: Processos autoritários e Ditadura Militar (1964-1985). Integrante do grupo de pesquisa do Museu Pedagógico “História e Memória das Políticas Educacionais e Trajetórias Sócio-geracionais” (UESB/Brasil. Endereço eletrônico: elpi.pires.ep@gmail.com

2 Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Colaborador do Museu Pedagógico da UESB. Bolsista de Iniciação Científica pelo projeto: Educação, memória e história da Bahia: Processos autoritários e Ditadura Militar (1964-1985). Membro do grupo de pesquisa Museu Pedagógico: a Educação Escolar com a linha de pesquisa: História e Memória das Políticas Educacionais e Trajetórias Sócio-geracionais (UESB), Brasil. Endereço eletrônico: fabio.dirpe@yahoo.com.br

3 Doutora em Educação pela UNICAMP, com pós-doutorado em Psicologia Social pela UERJ e Estágio na Universidad Complutense de Madri. Coordenadora Geral do Museu Pedagógico da UESB e professora do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, da UESB. Endereço eletrônico: lrochamagalhaes@gmail.com



esse público. Consultamos também as atas do Conselho Universitário (CONSUNI), à época 1964-1969, obtidas no site da Comissão Permanente de Arquivos – CPARq da UFBA, as quais evidenciaram a subserviência da UFBA ao governo militar.

No que corresponde ao diálogo com a bibliografia relativa ao tema, apoiamos-nos em Halbwachs (2006), para quem, a memória, mesmo que individual, é necessariamente coletiva, analisamos o contexto e as relações construídas por estudantes, seus pertencimentos em um dado percurso e a destituição de seus direitos de expressão pelos setores e instrumentos repressivos da ditadura. Também recorreremos a outros autores que nos aproximam da discussão sobre o poder da legislação em contexto de exceção

Pretendemos, pois, apresentar uma primeira evidência de como o campo jurídico foi, direta e indiretamente, utilizado durante a ditadura civil-militar para violar direitos humanos de estudantes, no caso, da UFBA.

O MOVIMENTO ESTUDANTIL NA UFBA E A RESISTÊNCIA AO GOLPE

Analisando o contexto histórico da ditadura, observamos que a partir de 1964 os militares, com o apoio e financiamento dos empresários e do capital internacional, passaram a empreender uma série de medidas para sustentar o regime e legitimá-lo. Para tanto, foram editados dezessete Atos Institucionais (que ficaram conhecidos como AI's). Respalado no AI'5, foi emitido, em fevereiro de 1969, o Decreto 477, que, visando desarticular o movimento estudantil:

[...] punia estudantes e professores que se envolvessem em manifestações de caráter político-partidário. Aos estudantes que o desobedecessem, o Decreto determinava o impedimento de se matricular por até 3 (três) anos numa Faculdade. (BRITO, 2009)

A partir do levantamento realizado, observamos que a maioria dos estudantes da UFBA que sofreu processos e perseguições durante a ditadura civil-militar estava vinculada ao Movimento Estudantil, sendo a cassação de matrículas, a prisão, bem como a tortura, uma das principais medidas utilizadas para desarticular esse público. Assim, como é inerente a regimes dessa natureza, a repressão e coação ideológica exercida pelo Estado para coibir a manifestação política dos estudantes se constituíram em violência pública organizada. (POULANTZAS, 1985).



No âmbito local, observou-se a subserviência da UFBA ao governo militar. A Universidade, seja por meio da reitoria, do Consuni, ou das diversas congregações, manifestou apoio ao golpe, apresentando moção nos seguintes termos:

S. Magnificência fez registrar em ata o manifesto às Forças Armadas assinado pelo Senhores Conselheiros cujo teor é o seguinte: “O Conselho Universitário da Universidade da Bahia reunido pela primeira vez após a vitória da democracia contra o comunismo, expressa o seu regozijo patriótico e congratula-se com as gloriosas Forças Armadas pela nobre e serena atitude que assumiram na preservação dos legítimos anseios do povo brasileiro. Nesta oportunidade dirige uma calorosa saudação aos Comandantes Militares que atuam em nosso Estado significando-lhes o seu apoio à orientação salutar de garantir a ordem democrática e defender as nossas instituições políticas. Salvador, 9 de abril de 1964. (ATA CONSUNI, 09/04/1964)

Além do apoio manifesto ao golpe, a UFBA utilizou-se do aparato repressivo do Estado a fim de conter as manifestações estudantis, coibindo “legalmente” qualquer resistência à ditadura. Eduardo Saphira, ex-aluno do curso de economia, em seu relato à Comissão “Milton Santos de Memória e Verdade”, que selecionamos para o estudo, retrata bem essa realidade:

A partir do AI’5, nós, cerca de 90 estudantes da Universidade Federal da Bahia, fomos cassados. A primeira senha era exatamente todos os que estavam no Congresso da UNE, em Ibiúna. Fomos cassados de uma maneira assim: totalmente por debaixo do pano. Simplesmente, nós fomos avisados na hora de fazer a matrícula, em 69, que nós estávamos proibidos. Então, eu e vários colegas ficamos dois anos afastados da faculdade. (SAPHIRA, depoimento, 2014)

Maria Liege Rocha, outra estudante selecionada pela pesquisa, ex-aluna de biblioteconomia e documentação da UFBA, relata que após o endurecimento do regime pelo AI’5 foram criados e implementados diversos órgãos do Estado para vigiar e perseguir os estudantes, dispensando qualquer referência das leis a direitos humanos. Em decorrência da sua militância, em 1982 Liege foi presa na Associação dos Funcionários Públicos da Bahia, no lançamento do livro sobre a guerrilha do Araguaia. Na ocasião, ela relata que “o tenente, furioso, puxou meu cabelo e disse: não aponte mais meus homens! Isso porque eu tinha feito um sinal com os olhos para Loreta Valadares avisando que tinha um cara nos ouvindo” (ROCHA depoimento, 2014).

Portanto, o movimento estudantil teve um protagonismo fundamental contra o regime,



muito embora tenha sido alvo de esfacelamento, líderes e participantes perseguidos, torturados e maltratados, podemos observar, pelos depoimentos, que o passado de luta continua presente na memória desses estudantes. Fazendo-nos recorrer a Halbwachs (2006, p.58) quando ressalta que é “difícil dizer em que momento uma lembrança coletiva desapareceu, e se decididamente deixou a consciência do grupo, precisamente porque, basta que se conserve numa parte limitada do corpo social, para que possamos encontrá-la sempre ali”.

UMA CONCLUSÃO PRELIMINAR

Aqui apresentaremos apenas a aproximação de uma realidade que ainda está sendo revelada e discutida em nosso país. Nosso objetivo central foi apresentar um panorama sobre a repressão política praticada no interior das universidades, especialmente, o controle exercido pelos poderes estabelecidos por meio da ditadura civil-militar (1964-1985) com base em leis e atos construídos com a finalidade de controlar o movimento estudantil, no caso, na UFBA. De fato, foram criados e implementados diversos órgãos do Estado para vigiá-los e castigá-los, dispensando qualquer referência das leis a direitos humanos.

Desse modo, os relatos são peças importantes para a discussão sobre a importância da memória, tanto do ponto de vista legal, como político, pois possibilitam a compreensão dos processos de incorporação de valores democráticos e de rejeição absoluta a qualquer tipo de violação de direitos humanos no devir da história, uma discussão que iremos aprofundar e discutir até o término da pesquisa e para mais adiante.

REFERÊNCIAS

BRITO, Antonio Mauricio Freitas. Salvador em 1968: um breve repertório de lutas estudantis universitárias. In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (org.) **Ditadura militar na Bahia: novos olhares, novos objetivos, novos horizontes**. Salvador: EDUFBA, 2009, vol. 1, pp. 89-113.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro,



2006.

POULANTZAS, Nicos. **O estado, o poder, o socialismo.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FONTES CONSULTADAS

ATA CONSUNI, 1964. Disponível em <<https://cparq.ufba.br/ata-da-sessao-do-conselho-universitario-realizada-em-5-de-marco-de-1964>>. Acesso em 19 de fev. de 2017.

ROCHA, Maria Liege Santos Rocha. Depoimento prestado à Comissão Milton Santos de Memória e Verdade. Salvador, 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=BN61dQ2W5mw>> Acesso em 03 mar. 2017

SAPHIRA, Eduardo. Depoimento prestado à Comissão Milton Santos de Memória e Verdade. Salvador, 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=t_vHYV4bi8&list=PLSIGD7rHf2VB1KteRZtOAHhUpmrdCrua&index=16> Acesso em 23 de fev. 2017.